

# construção do futuro



Informativo da Comissão Senado do Futuro

nº 19, 19 de abril de 2018



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

## Rumos da economia brasileira

No último dia 9 de abril a **Comissão Senado do Futuro** realizou a terceira Audiência Pública do ciclo de debates que promove em parceria com a **Universidade de Brasília** e a **União Planetária** no contexto do movimento **2022: O Brasil que queremos**. O debate esteve centrado, nesta oportunidade, nos rumos da economia brasileira.

Esta Audiência foi coordenada pelo senador **Hélio José** (Pros-DF) e pelo presidente da União Planetária, **Dr. Ulisses Riedel**, e contou com a participação da **Profa. Maria Lúcia Fattorelli**, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), do **Dr. Carlos Mussi**, Diretor do Escritório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL no Brasil, do **Dr. Julio Miragaya**, Ex-presidente do Conselho Federal de Economia (COFECON), e do **Prof. Dr. José Luís da Costa Oreiro**, Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília - FACE/UnB

e Pesquisador Associado do Centro de Estudos do Novo-Desenvolvimentismo.

Também estiveram presentes e fizeram uso da palavra o Professor Emérito da Universidade de Brasília, **Dr. Aldo Paviani**, e as ex-presidentes do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, economistas **Cristina Araújo** e **Mônica Beraldo**.

O presidente da Comissão, senador **Hélio José** informou a adesão da **Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM**, que reúne 46 universidades públicas brasileiras, ao conjunto de entidades que formam o movimento **2022: O Brasil que queremos**, do qual já fazem parte, além das citadas anteriormente, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Movimento Todos pela



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Educação, Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil em Brasília (OAB-DF), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Universidade Católica de Brasília, Centro Universitário de Brasília – Uniceub, Centro Universitário UDF, Universidade Internacional da Paz (Unipaz), Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB, Instituto Federal de Brasília. Estão apoiando essa iniciativa a TV Supren e a UnBTV.

Em sua apresentação inicial, o **senador Hélio José** afirmou que “sobre a economia brasileira, como legislador, o que posso dizer é que tenho pena dos economistas que são obrigados a explicar a confusão em que se transformou o mundo moderno.”

“As perspectivas futuras são incertas, assim como é incerto o momento de crise em que vivemos, no Brasil e no resto do mundo. Para alguns, estamos vivendo no olho do furacão, a calma que vem depois da tempestade e antecede outra. Para outros, saímos da crise e nos encaminhamos para novo ciclo de desenvolvimento.”

“No caso brasileiro, as incertezas econômicas se misturam às de natureza política. Não há quem possa dizer o que vai acontecer na política nacional nos próximos meses.”

Para fazer parte do movimento **2022: o Brasil que queremos**, acesse o portal <http://www.2022brasil.org.br/> e preencha o formulário da área Participe!

O senador Hélio José concluiu dizendo que “estamos vivendo um tempo em que ouvir pessoas que estudam e entendem de economia é o melhor conselho, por isso a Audiência de hoje se reveste de grande importância, temos aqui pessoas que poderão nos indicar rumos e apontar pistas para podermos pensar o que nos aguarda e o que teremos que fazer para que o Brasil no bicentenário de sua independência esteja em melhores condições.”

O presidente da União Planetária, Dr. **Ulisses Riedel**, em seu comentário lembrou do relatório da **Oxfam** sobre a desigualdade no Brasil e no mundo, divulgado em setembro de 2017. De forma resumida, o que o relatório apontou foi que “*apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. Por aqui, uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês*”. Segundo **Ulisses Riedel**, esse absurdo contraria todos os valores da razoabilidade e do verdadeiro humanismo.

Além disso, lembrou o processo político atual que retoma o processo de privatizações, ele teme que isso possa comprometer a soberania nacional e a segurança do povo, além de não representar abatimento algum na dívida brasileira.

A **Oxfam** é uma confederação internacional de 20 organizações que trabalham em rede em mais de 90 países como parte de um movimento global em prol de mudanças necessárias para construir um futuro livre da injustiça da pobreza e das desigualdades.  
[www.oxfam.org.br](http://www.oxfam.org.br)

O vídeo completo e as apresentações podem ser vistas em

<https://bit.ly/2Hs2p1U>



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

A Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), Profa. Maria Lúcia Fattorelli, iniciou sua exposição com a informação o estudo da Oxfam sobre a desigualdade no Brasil e no mundo, mostrando que o Brasil é a sociedade mais desigual do planeta. E comparou o potencial do país com a nossa realidade atual. Um país com riquezas variadas e potencialidade quase ilimitadas, que vive na escassez e na pobreza.

**Brasil: Realidade de Abundância e Cenário de Escassez**

9ª Maior Economia Mundial	CENÁRIO 2015-2018
<p><b>IMENSAS POTENCIALIDADES</b></p> <p><b>ABUNDÂNCIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior reserva de Níobio do mundo</li> <li>• Terceira maior reserva de petróleo</li> <li>• Maior reserva de água potável do mundo</li> <li>• Maior área agricultável do mundo</li> <li>• Riquezas minerais diversas e Terras Raras</li> <li>• Riquezas biológicas: fauna e flora</li> <li>• Extensão territorial e mesmo clima</li> <li>• Clima favorável, recorde de safra</li> <li>• Potencial energético, industrial e comercial</li> <li>• Riqueza humana e cultural</li> <li>• Reservas Interacionais US\$375 Bil</li> <li>• R\$ 1,14 Trilhão esterilizados no Bacen</li> <li>• R\$ 400 bilhões de "sobras" em 2015 e R\$ 260 bilhões em 2016</li> <li>• Dívida Ecológica histórica</li> <li>• Potencial de arrecadação tributária</li> </ul>	<p><b>CRISES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Econômica selvática           <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desindustrialização</li> <li>• Queda da atividade comercial</li> <li>• Desemprego</li> <li>• Perdas salariais</li> <li>• Privatizações</li> <li>• Escalabilidade do PIB</li> </ul> </li> <li>&gt; Social</li> <li>&gt; Política</li> <li>&gt; Ambiental</li> </ul> <p><b>JUSTIÇA FISCAL e REFORMAS:</b> Corte de investimentos e gastos sociais; aumento de tributos para a classe média e pobre; privatizações e Contareformas</p> <p><b>CRESCIMENTO ACELERADO DA DÍVIDA PÚBLICA = (1920 - 1924)</b></p>

Para ela, o que explica essa dicotomia é o modelo econômico concentrador de renda e riqueza, que atualmente se mostra por meio de uma política monetária suicida, por um modelo tributário regressivo (que recolhe mais impostos dos mais pobres e menos dos ricos) e por uma lógica que privilegia o rentismo e a manutenção de uma dívida elevada, o que faz parecer justificáveis ajustes

fiscais - que procuram reduzir gastos sociais e investimentos - as privatizações - cujo processo geralmente começa com programas de desinvestimentos nas estatais e no sucateamento das mesmas, destruição de reformas sociais e por outros esquemas que acabam por reproduzir as dívidas e manter os lucros altos dos rentistas.

Maria Lúcia Fattorelli aponta como um dos principais fatores alimentadores do endividamento recente a sobrevalorização do Real frente as outras moedas, emissão elevada de títulos da dívida interna com juros altos, e a remuneração pelo Banco Central da sobra de caixa dos bancos.

Com os dados de 2015 ela mostra que “a Dívida Interna cresceu R\$ 732 bilhões em 11

meses de 2015, sendo que o Investimento Federal no mesmo ano foi de R\$ 9,6 bilhões”.

**O que está na pauta do Congresso Nacional?**

**Quase MEIO TRILHÃO de Reais para Bancos!**

Esse foi o custo da remuneração da sobra de caixa dos bancos nos últimos 4 anos (2014 a 2017), conforme balanços publicados pelo Banco Central.

Esta benesse de quase meio trilhão de reais tem sido feita de forma ilegal e abusiva por meio de "Operações Compromissadas" realizadas pelo Banco Central com os bancos e funciona da seguinte forma: os bancos entregam sua sobra de caixa ao Banco Central e este entrega títulos da dívida pública aos bancos. Na medida em que os bancos detêm os títulos, eles passam a ter o direito de receber remuneração por isso. O Banco Central não pode utilizar esse dinheiro para nada, porque assume o compromisso de devolvê-lo aos bancos no momento em que eles pedirem de volta. Essa operação pode durar 1 dia ou anos, o seu volume ultrapassa R\$ 1,14 TRILHÃO, e custou nada menos que R\$449 bilhões no período de 2014 a 2017, ou seja quase meio trilhão de reais!

<https://goo.gl/gU6X7E> • <https://goo.gl/3VWZgYa>

Essa financeirização da economia brasileira não se dá como forma desenvolvida para o financiamento da atividade produtiva, mas tão somente como parte de uma roleta que alimenta sem parar o próprio rentismo e, de uma forma perversa acaba por desestimular a atividade produtiva.

Em comentário feito pelo Prof. Oreiro (como veremos mais adiante), concordando com essa parte da argumentação da Profa. Fattorelli, ele afirmou que “é lógico que o empresário vai acabar aplicando os recursos que tem no sistema financeiro protegido com garantias dadas pelo governo com rendimentos duas vezes maiores que sua taxa de lucro do que investir em uma produção que pode ser arriscada”.



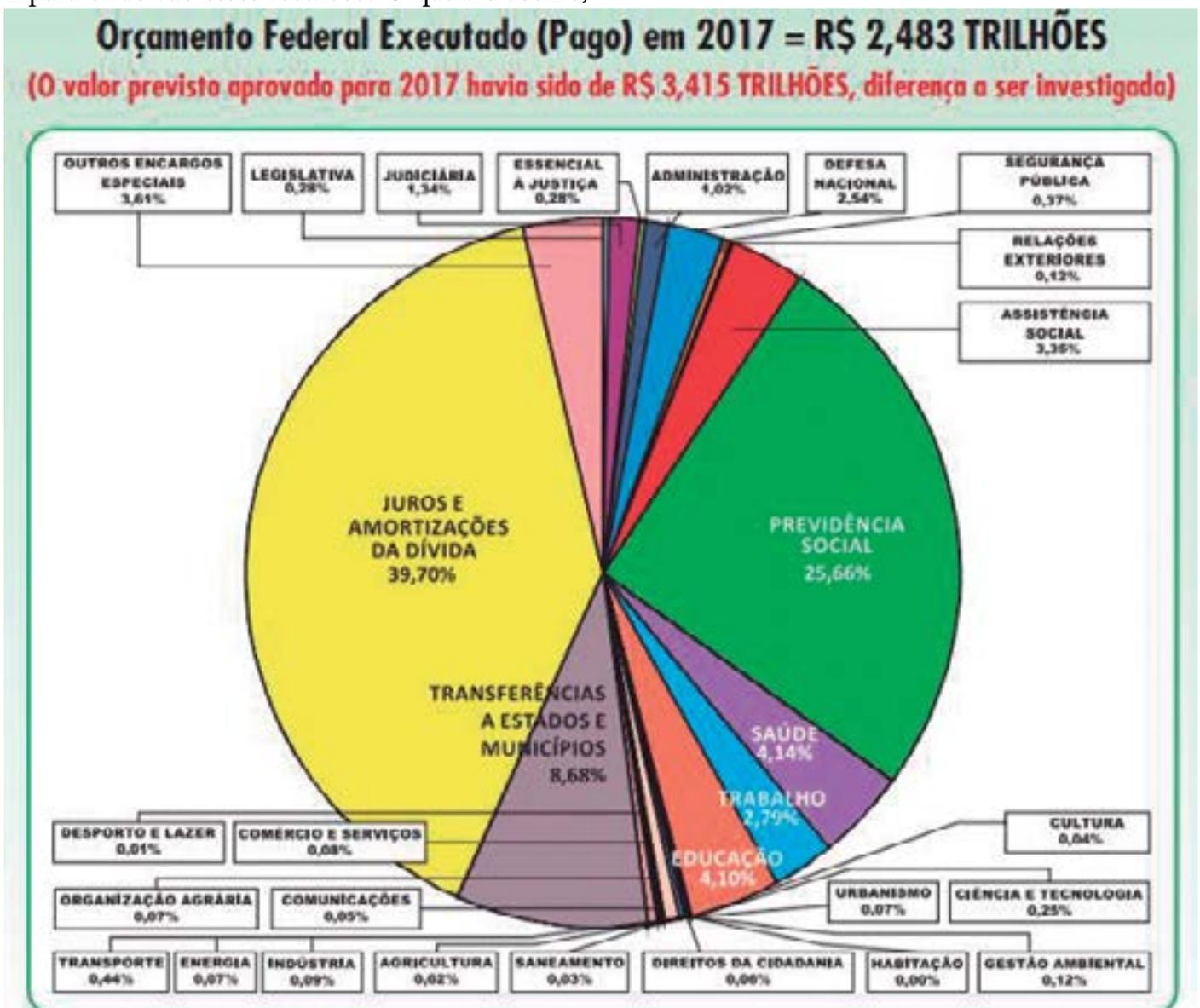
que ela apresentou na Audiência, mostra o destino dos recursos. A maior fatia do bolo (39,7%) vai para o pagamento de juros e amortizações da dívida. Mas adverte que, para “burlar o art. 167 da Constituição (ver: <https://goo.gl/7sPvEB>), na contabilidade nacional parte dos juros é transformada em Capital, isto é, parte dos juros são contabilizados como amortização”. Além do mais, como denuncia, parte desses recursos não se sabe para quem vai, são informações desconhecidas e não declaradas. Isso por si só justificaria a realização de uma verdadeira e democrática Auditoria Cidadã da Dívida, como ela defende.

Em sua apresentação, a Profa. Fattorelli mostrou que mais da metade dos impostos recolhidos pelo Estado provêm da renda do trabalho e do consumo. Além de ser uma carga tributária que inside de forma desigual, sobrecarregando alguns, ela é concentrada na União, que fica com 71,8%, os estados recebem 22,7% e os municípios ficam com 5,5% dos tributos.

Para ela, essa situação é a base de uma lógica que privilegia o sistema financeiro e acaba por provocar uma política econômica que justifica a eliminação de direitos e de programas sociais característica de ajustes fiscais conservadores e ortodoxos para extrair recursos dos mais pobres e transferi-los para os mais ricos.

E para onde vão esses recursos? O quadro abaixo,

No caso brasileiro, isso pode justificar os elevados lucros obtidos pelos bancos e pelo sistema



financeiro nos últimos anos, como se pode observar no quadro abaixo.



desvio de recursos para bancos privilegiados - PLP 459/2017 (PLS 204/2016 no Senado)”. Esquema este que, segundo Relatório da Auditoria Cidadã da Dívida teria causado prejuízo de 70 milhões de reais ao município de Belo Horizonte (<https://goo.gl/DyT28V>).

Essa lógica da dívida é que justifica em seu entender o que chama de “paradoxo Brasil”.

**PARADOXO BRASIL**

Estamos muito distantes do Brasil que queremos

- 9ª ECONOMIA MUNDIAL
- Pior distribuição de renda do mundo
- 79º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH
- Penúltimo no ranking da Educação
- 128º no ranking do crescimento econômico

Para a Profa. Fattorelli “o “Sistema da Dívida” é o mecanismo que transfere recursos públicos para bancos ao mesmo tempo que gera obrigações financeiras para o Estado e para a sociedade”, o que se agrava com o “novo esquema fraudulento da chamada “Securitização de Créditos” escancara o



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O Dr. Carlos Mussi, Diretor do Escritório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL no Brasil, lembrou que a CEPAL está comemorando agora seus 70 anos de existência e atua como um importante centro de pensamento e estudos da região, e nesse quadro a instituição tem procurado estudar e tratar das soluções e estratégias para superação da crise atual. Crise essa que se manifesta, como a Cepal apresenta



no documento *Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável* (<https://bit.ly/2HgNw4K>), em consequência de “um estilo de desenvolvimento que é insustentável, por três motivos: primeiro, ele é desigual, segundo, ele é explorador de recursos naturais, e terceiro, é um viés recessivo (não há investimentos)”.

Para ele, novos elementos de alcance geral de análise do quadro mundial é a entrada da China como potência (“estamos observando uma mudança de Centro”) e a revolução

tecnológica (“Indústria 4.0, Revolução Digital”), “o que estamos produzindo e como estamos produzindo vai mudar muito nos próximos anos”.

Nesse contexto novas instituições e alianças público-privadas devem ser construídas. Seja a nível global, regional e nacional, a CEPAL apresenta a proposta de uma “mudança estrutural progressiva com base de um grande impulso ambiental”.

## Horizontes 2030



Segundo ele, teremos que ter uma estrutura produtiva dinâmica. Temos que aceitar esse processo de destruição, criação e inovação (eficiência schumpeteriana). Teremos que gerar uma demanda, como estamos fazendo com que a estrutura produtiva pode atender à demanda e realizar os investimentos que induzam esse quadro (eficiência keynesiana). E deveremos ter que conseguir produzir uma economia com baixo uso de carbono e baixas emissões (eficiência ambiental ou eficiência da sustentabilidade - econômica, social e ambiental).

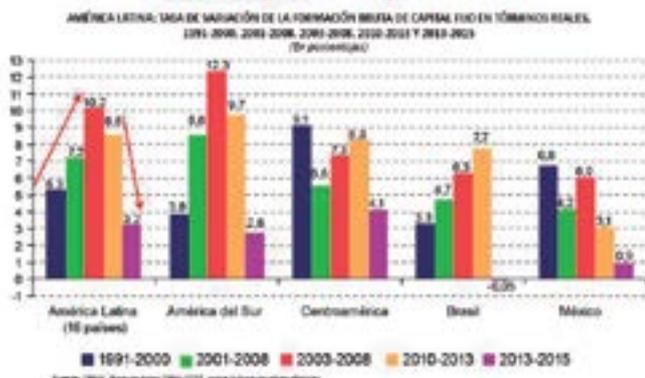
Nossa Região, porém, apresenta desafios maiores que outras regiões, como vemos no quadro abaixo comparando taxas de crescimento de longo prazo e de crescimento *per capita*.

### A região está atrás



Um fator que preocupa sobremaneira é que o Brasil e a Região pararam de investir.

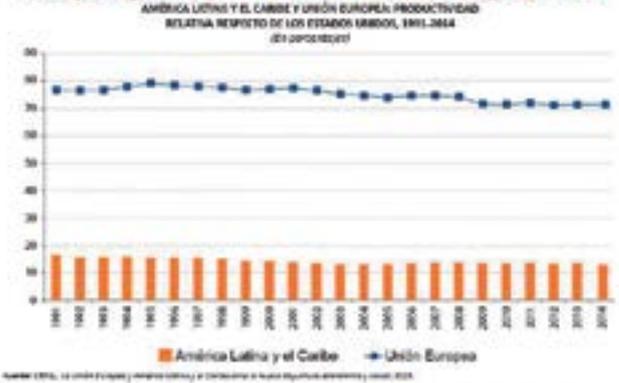
### Ruptura no ciclo do investimento dificulta a construção de capacidades



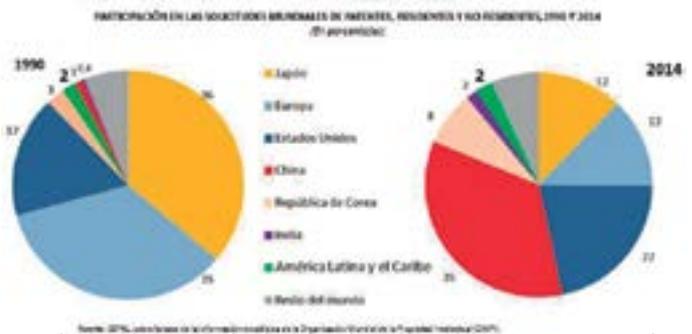
Segundo o Dr. Mussi, “o Brasil não investe em si mesmo. Estamos dilapidando nosso estoque de

capital, ou seja, estamos vivendo do passado”. Isso se agrava com o fato de que a estrutura produzida da Região é pouco diversificada, ainda é muito dependente de produtos sem muito conteúdo tecnológico. E, o mais importante, é que não conseguimos construir mecanismos de produção com base em produtividade. Não conseguimos aumentar a nossa produtividade. Estamos praticamente estagnados.

### A persistente diferença de produtividade põe em perigo os ganhos sociais no longo prazo



### Diferença de desempenho (patentes) como resultado do esforço em P+D (na China e na República da Coreia passa de 2% a 4% do PIB)



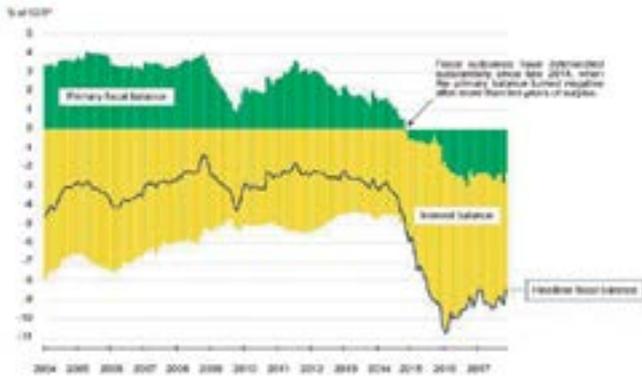
Analisando os dados sobre patentes registradas em 1990 e 2014, o Dr. Mussi avalia que nós não inovamos, não fazemos ciência-tecnologia-inovação. Em 1990 a China tinha 1% das patentes emitidas, em 2014 a China passou para 35%. A América Latina estagnou em 2%, sendo que uma parte grande desse percentual é graças ao Brasil, porque nosso país tentava manter o gasto em C&T em 1% do PIB.

Para ele, “nossa crise é tão severa que a OCDE prevê que retomaremos os níveis de 2014 somente em 2019 ou 2020. Para a sociedade brasileira é muito difícil admitir o que nós perdemos nos últimos anos. São cerca de 10% do PIB per capita”.

Para o Dr. Carlos Mussi, essa crise implicou em uma tremenda destruição de emprego. Em 2014, “quando começamos a gerar os déficits primários, houve também uma crise de credibilidade e outros fatores que nos obrigaram a pagar mais juros”.

Segundo ele, “estamos com um déficit nominal de cerca de 8 a 9%, sendo que 7% são juros e 2% são relativos ao déficit primário. O Brasil está financiando para pagar despesas normais.”

**Brazil needs to improve fiscal outcomes to ensure the sustainability of public debt**

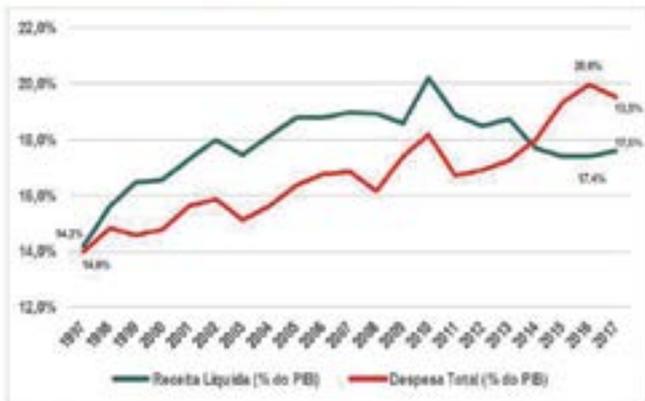


Source: OECD Economic Surveys (Brazil 2014)

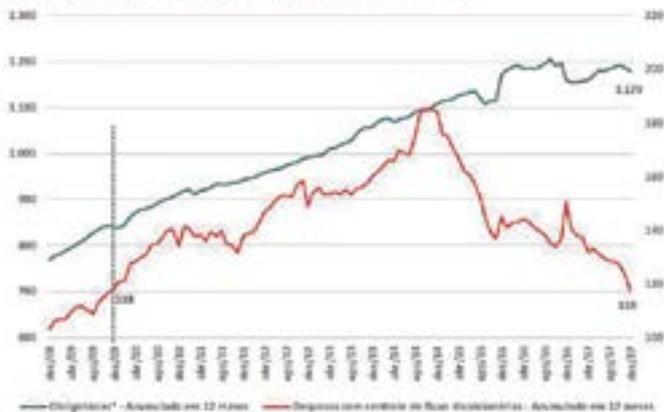


A imagem que traz é que “estamos literalmente no cheque especial”. E por isso, pagamos juros de cheque especial.

Receita Líquida e Despesa Total do Governo Central Brasil – 1997 a 2017 – % do PIB



Despesas do Governo Central – Acumulado 12 meses Brasil - 2008 a 2017: R\$ Bilhões - A preços de dez/17 - IPCA



\* Despesa com controle de fluxo obrigatórias realizada em setembro de 2017. Fonte: Tesouro Nacional

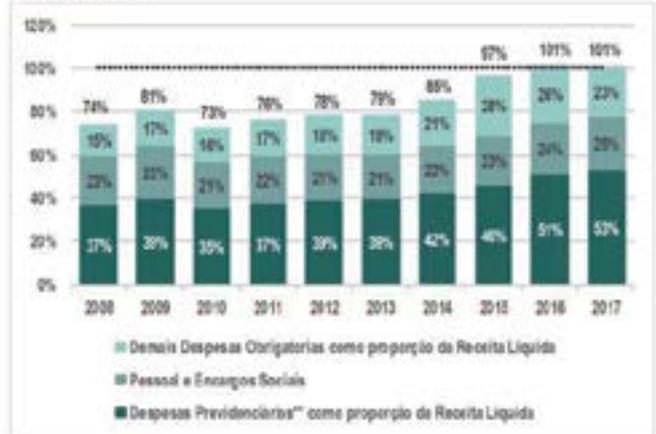
O problema é como reverter esse cenário de queda de arrecadação e de despesas crescentes (“ou bem mais controladas como foi em 2017”). Segundo ele, o ajuste fiscal que o governo tem tentado fazer é uma resposta a essa questão e à crise de credibilidade em nossa moeda, que se revela também em aumento na taxa de juros, para que o governo consiga se financiar.

Os gastos obrigatórios têm expressado um crescimento contínuo, isso, segundo ele, faz com que todas as demais despesas acabem caindo em um momento de ajuste. O exemplo que apresentou

é que “posso ter o servidor, mas não vou ter cadeira para ele, ele não vai poder usar o telefone”. O que representa isso para a sociedade? Para ele, “infelizmente estamos nesse dilema”.

**Evolução de Despesas do Governo Central**

Despesas Obrigatórias\* como proporção da Receita Líquida Brasil 2008 a 2017



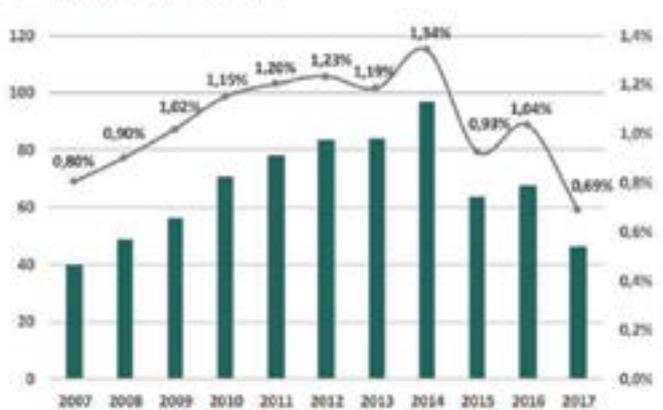
\*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

\*\*Despesas previdenciárias incluem despesas do RPPS e LDBS-RM/V

Fonte: Tesouro Nacional

A política de ajuste acabou por provocar um radical corte nos investimentos, o que tem consequências em vários setores.

Despesas de Investimento\* como percentual do PIB e a preços de dezembro/2017 IPCA - R\$ Bilhões - Brasil 2007-2017



Fonte: Tesouro Nacional

O ajuste fiscal acabou provocando cortes orçamentários significativos em algumas áreas centrais, como vemos no quadro abaixo.

Demais Despesas Decrementais dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2016/2017				
Descrição	Jan-Dez		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (PIB)
Total	209.201,8	213.917,6	-25.684,2	-10,7%
Ministério da Saúde	104.696,4	97.707,6	-6.888,8	-6,5%
Ministério da Educação	38.225,8	35.423,8	-2.802,0	-7,7%
Ministério do Desenvolvimento Social	20.607,8	24.671,8	1.368,8	4,1%
Ministério da Defesa	15.098,5	11.891,9	-4.208,5	-27,7%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	5.722,2	3.230,2	-2.492,0	-43,5%
Demais órgãos do Executivo	42.041,3	32.458,5	-9.582,7	-24,9%

Para o Dr. Carlos Mussi, o Brasil perdeu a capacidade de crescer, “não sabemos mais como crescer”.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

manteve por mais de 13 anos uma taxa de juros em 2,5% acima do que poderia ser considerado uma taxa de equilíbrio, ocasionando assim uma fenomenal sobrecarga com o pagamento de juros muito elevados.

Isso se soma à estagnação da produtividade, haja vista que o país não realizou investimentos na ampliação e modernização do estoque de capital nesse longo período de 20 anos. Com os salários crescendo acima da produtividade, essa situação produziu “um esmagamento da taxa de retorno sobre o capital próprio” das empresas não financeiras (taxa de lucro), a partir de 2010, afetando diretamente as decisões do empresariado.

Para ele, a principal causa da desindustrialização brasileira tem sido a sobrevalorização crônica da

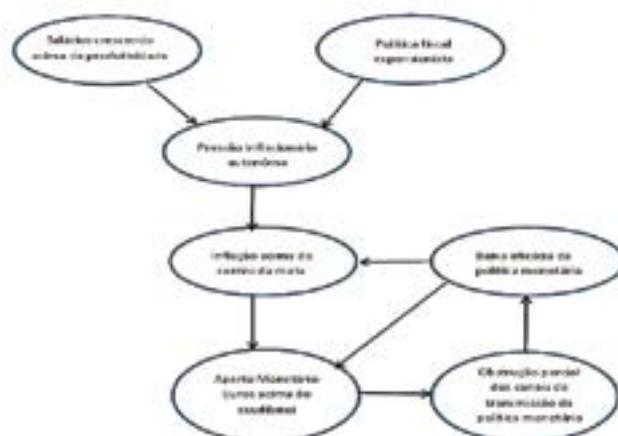
O Prof. Dr. José Luís da Costa Oreiro, Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília - FACE/UnB e Pesquisador Associado do Centro de Estudos do Novo-Desenvolvimentismo, em sua apresentação procurou demonstrar quais são os desequilíbrios macroeconômicos existentes no Brasil, além disso, sua análise apresentou um regime de política macroeconômica que chamou de disfuncional, que acaba perpetuando os desequilíbrios e dificultando o crescimento econômico. Em sua opinião, “se o Brasil não crescer pelo menos 4% ao ano não haverá como se obter os recursos necessários para solucionar os imensos problemas existentes na sociedade brasileira”.

taxa de câmbio.

Com a inflação elevada, o Banco Central, segundo ele, é obrigado por lei a subir os juros na tentativa de fazer a inflação ir para o centro da meta. Mas ele faz isso em um contexto onde os canais de transmissão da política monetária estão entupidos e isso acaba reforçando a baixa eficácia da política macroeconômica.

## Desequilíbrios Macroeconômicos

- Inflação sistematicamente acima do centro da meta de inflação para o período 2003-2017
- Taxa de juros sistematicamente acima da taxa de juros de equilíbrio (= a taxa de juros internacional mais o prêmio de risco país).
- Salários crescendo acima da produtividade do trabalho.
- Esmagamento de lucros (redução da ROE das empresas não financeiras de capital aberto e fechado a partir de 2010).
- Sobrevalorização crônica da taxa de câmbio (causa principal da desindustrialização)

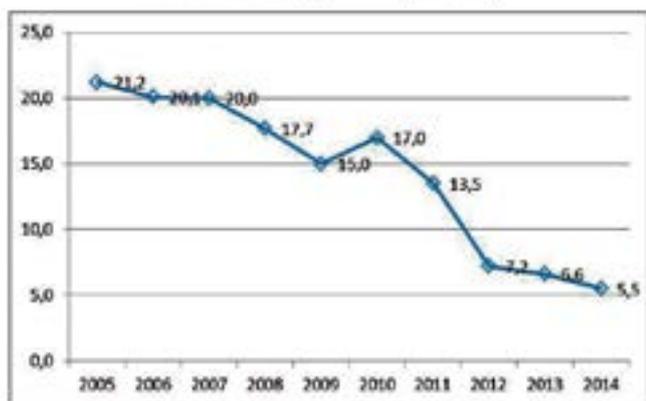


Um desses “entupimentos” que ele chamou a atenção é a indexação da dívida pública à taxa de juros Selic. “Esse é um entulho institucional que vem do tempo da inflação alta - as Letras Financeiras do Tesouro foram criadas em 1986 pelo Pêrsio Arida e pelo André Lara Resende para lidar com um problema específico de como conduzir a política monetária em um regime de inflação alta - mas

o fato é que se conseguiu, a partir do Plano Real, colocar a inflação em patamares aceitáveis mas nós não nos livramos desse entulho institucional” que reduz a eficácia da política monetária “pois obriga o Banco Central a colocar a taxa de juros em um nível muito mais alto do que seria necessário se esse canal de transmissão não estivesse obstruído”.

A conjugação de todos esses fatores faz com que a inflação fique acima da meta e juros acima do patamar de equilíbrio, afirmou o Prof. Oreiro.

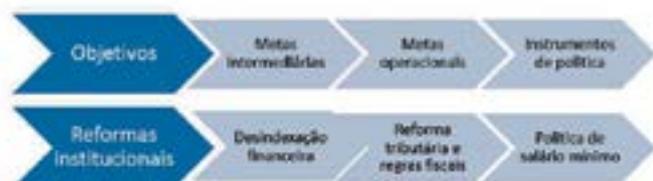
**Retorno sobre patrimônio líquido (ROE) das cias abertas - % (CEMEC, 2015)**



O quadro acima mostra o fenômeno que o Prof. Oreiro chama de “esmagamento de lucros” das empresas não financeiras. Nesse contexto, para os empresários não há interesse em investir se podem ter uma taxa de juros duas ou três vezes superiores e com muito mais garantias e segurança. Nesse período era altamente lucrativo tomar empréstimos nas praças internacionais e aplicar em títulos da dívida pública no Brasil. Essa situação gera a enorme apreciação da taxa de câmbio e leva à desindustrialização da economia brasileira e a reprimarização da pauta de exportações.

A partir desse diagnóstico, o Prof. Oreiro apresentou alguns elementos para uma proposta de desenvolvimento Brasil 2022.

Para ele é necessário fazer uma reforma no regime de política macroeconômica e reformas institucionais, que apresentou no fluxo abaixo.



Ele propõe como meta imediata o crescimento econômico sustentável em cerca de 3,0% ao ano para o PIB e 2,2% ao ano para o PIB per-capita, com a manutenção da uma taxa de inflação baixa, com uma meta factível de 4,0% ao ano e “inclusão

financeira com redução da pobreza e melhoria “sustentável” na distribuição de renda”.

Como metas intermediárias ele propõe a criação de uma situação de equilíbrio externo com pequeno superávit em conta corrente do balanço de pagamentos. Em algum momento deve-se estabilizar a relação dívida pública/PIB (a médio prazo), temos, segundo o Prof. Oreiro, que aumentar a participação da indústria de transformação no PIB (para cerca de 14%), “hoje estamos com o nível da participação da indústria no PIB que é equivalente ao final da II Guerra Mundial, quando o Brasil ainda era uma grande fazenda de café”, e temos que eliminar a miséria absoluta (“incompatível com uma sociedade civilizada”), no curto prazo, e a melhoria gradual no índice de Gini, no médio e longo prazos.

Para o que denominou como Metas Operacionais, propõe uma taxa de câmbio de equilíbrio industrial (viabiliza exportações de bens de maior valor agregado no estado da arte da tecnologia), em torno de R\$ 3,80 e R\$ 4,00. Uma taxa de juros real de equilíbrio em torno de 3,7% a.a. e voltar a gerar superávit primário para estabilizar/reduzir a dívida pública/PIB de 0,5% do PIB (estimativas feitas com crescimento do PIB de 3,0% a.a , taxa juros real de 3,68%). E garantir gastos com bolsa família de, no mínimo, 0,5% do PIB, já “que esta é a política mais efetiva para a redução da pobreza absoluta”.

Nesse quadro, os instrumentos de administração da taxa de câmbio, segundo o que sugere, encontra-se na introdução de um depósito compulsório não remunerado de 30%, pelo prazo de um ano, sobre toda a entrada de capitais na economia brasileira, inclusive o Investimento Externo Direto, a manutenção de reservas cambiais em níveis elevados, como instrumento de redução da vulnerabilidade externa, a desvalorização gradual da taxa de câmbio em direção a taxa de câmbio de equilíbrio industrial e a introdução de um regime de bandas cambiais deslizantes (desvalorização pré-programada do “teto” e do “pisso” da banda) para permitir uma transição gradual para uma taxa de câmbio competitiva. Acredita que isso é possível em um prazo de 2 a 3 anos para essa taxa de câmbio.

Como instrumentos de política de juros, propõe a mudança no horizonte da meta de inflação para 2 anos (na Nova Zelândia, exemplo que apresentou, é de 36 meses), isso concomitantemente com a remoção da indexação financeira, o que provocará a melhoria nos canais de transmissão da política monetária e fim de efeito-contágio, e a redução da volatilidade da taxa de câmbio devido ao sistema de bandas cambiais.

Para ele, qualquer que seja o presidente da República, eleito em 2018, ele vai ter que fazer um ajuste fiscal de emergência. Como instrumentos da política fiscal, propõe esse ajuste fiscal de emergência com a recriação da CPMF (1,3% do PIB ao ano pelo prazo de 5 anos) em 2019, propõe também a reintrodução de Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos Distribuídos com alíquotas equivalentes ao do IRPF, além disso tal medida provocará a redução do IRPJ sobre o lucro corporativo antes dos impostos, o que vai incentivar as empresas a aumentar o coeficiente de retenção de lucros: importante para aumentar a taxa de poupança doméstica. Com essas medidas, ele propõe aumentar a progressividade da tributação no Brasil, com aumento marginal na receita com o IRPJ: entre 0,2% e 0,3% do PIB, o que se complementa com a meta de superávit primário de 0,5% do PIB a ser alcançada num prazo de 3 anos.

Adicionalmente, e não menos importante, sugere a criação de um Fundo Constitucional para o Financiamento de Infraestrutura e Reaparelhamento das Forças Armadas, financiado pelo aumento da alíquota sobre a exploração de minérios, principalmente o minério de Ferro. Instrumento fundamental em um mundo muito instável.

Como nova política salarial, já que a atual regra termina em 2019, ele propõe uma nova regra para salário mínimo: meta de inflação + média móvel do crescimento do PIB per capita nos últimos 5 anos, isso, segundo acredita, reduz a inércia inflacionária ao atrelar o aumento do salário mínimo a meta de inflação, ao invés da inflação passada. Para ele, no médio e longo prazos o salário mínimo irá crescer a uma taxa igual a do crescimento da produtividade do trabalho (regra de ouro da política salarial).



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O Dr. **Julio Miragaya**, Ex-presidente do Conselho Federal de Economia (COFECON), iniciou sua análise a partir do cenário internacional, chamando atenção para uma situação de extrema financeirização da economia. Lembrou que a dívida mundial (família, empresas e governos) chega a algo como 250 trilhões de dólares norte-americanos, algo como 4,5 PIB do planeta.

Outra característica é a absurda concentração da renda e fez referência aos mesmos estudos da Oxfam citados pela Profa. Fattorelli e pelo Dr. Ulisses Riedel. Lembrando que 6 famílias mais ricas têm riqueza igual a metade da população brasileira, isto é, 6 famílias têm o mesmo que 104 milhões de brasileiros e brasileiras!

Em função disso, ele se pergunta: temos futuro no sistema capitalista? E responde que não. Resposta que também é negativa, ao seu ver, se o questionamento for se há condições de superar o sistema capitalista em curto ou médio prazos. Diante disso, pergunta, o que fazer nesse cenário?

Segundo ele, a partir de uma abordagem pragmática, há dois caminhos: o liberalismo puro, que foram os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, e o caminho do desenvolvimentismo com doses de liberalismo, que foram os governos Lula e Dilma.

A opção do liberalismo, segundo Miragaya observa, é o que vemos hoje, com os cortes em programas sociais, as privatizações, total favorecimento do capital, especialmente o capital financeiro. Um exemplo para ele é o processo da privatização da Eletrobras, “que tem um patrimônio fantástico, que eles querem vender a preço de banana, como foi o caso da Vale do Rio Doce, como estão fazendo com a Petrobras. Não estamos percebendo, mas eles estão fatiando a empresa e a cada momento vendem uma parte”.

O que ele chamou de desenvolvimentismo com doses de liberalismo, segundo ele, “se traduz por uma situação um tanto paradoxal, por um lado temos avanços na área social, como no

governo Lula, com o fortalecimento do mercado interno, assentado na valorização do trabalho, na formalização do trabalho e elevação dos salários, com aumento dos gastos sociais (Minha Casa minha vida, Mais médicos etc”. Por outro lado, os mesmos governos mantiveram a ortodoxia monetária e a busca do superávit primário.

Outra crítica que faz aos governos Lula e Dilma Rousseff, que vê como contraditório com a política social, foi a manutenção da política de câmbio flutuante, que, segundo ele somente interessa ao capital especulativo, e que foi o grande responsável pelo processo de desindustrialização e pela reprimarização da pauta de exportações, que retroagiu quase 50 anos. Além disso, nesses mesmos governos não se avançou na mudança do modelo tributário, que arrecada de quem menos deveria contribuir e deixa de arrecadar de quem deve e pode contribuir. Segundo ele, “temos um sistema altamente regressivo”, arrecada-se do trabalhador e da classe média e distribui para os mais ricos.

Para alterar essa situação, como informou, o Conselho Federal de Economia, a Oxfam e outras 26 entidades criaram o **Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social**, que tem desenvolvido uma campanha nacional para: mudar o modelo tributário; preservar e ampliar os direitos sociais; preservar e ampliar políticas públicas de valorização do trabalho e de educação; reforçar a função social do Estado; e ampliar a democracia e a participação social.

Em manifesto que direciona a campanha, as entidades apontam que a incidência da carga tributária brasileira é “extremamente desequilibrada, aliviando os que mais deveriam contribuir, enquanto a classe trabalhadora (sobretudo as mulheres, os negros e negras) e o consumo são fortemente onerados”. O manifesto destaca que, enquanto nos países da OCDE o modelo tributário tem 67% da tributação sobre a renda do capital e 33% sobre consumo e renda do trabalho, no Brasil, o percentual é o inverso – 72% da arrecadação de tributos estão concentrados sobre o consumo e a renda do trabalho e apenas 28% sobre a renda do capital e a riqueza.

Para o Dr. Miragaya, atualmente a economia brasileira está rumando para uma situação de persistência da crise, situação que favorece o sistema financeiro e os bancos. Por isso, como argumenta, o capital financeiro tem recorrido, em vários países, a golpes e a governos ilegítimos, como no Brasil, Honduras e Paraguai.

Os rumos da economia brasileira serão decididos nas próximas eleições, em uma situação de ameaças à democracia com elementos de fascismo, como avalia.

O senador Hélio José além de ler manifestações de pessoas que acompanhavam a Audiência Pública e enviaram perguntas, criou a oportunidade para algumas das personalidades presentes se manifestassem.

O Professor Emérito da Universidade de Brasília, **Dr. Aldo Paviani**, que atualmente é diretor de Políticas Ambientais e Urbanas da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan, questionou se o Brasil é um país soberano e lamentou a venda de patrimônio estratégico nacional, ao mesmo tempo caracterizou o período atual como momento de “falta de ética total em relação ao povo”.

A economista **Maria Cristina de Araújo**, ex-presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal em 2016, lembrou que um projeto nacional passa necessariamente pela prioridade à educação de qualidade, assim como também requisita se repensar a concentração da terra e fortalecer a Reforma Agrária. Ao mesmo tempo, observou que a economia também requisita outras reformas estruturais como a Reforma Política.

A vice-presidente do Conselho Regional de Economia do DF, economista **Mônica Beraldo Fabrício da Silva**, chamou a atenção sobre a produção mineral brasileira lamentando a extinção do Departamento Nacional de Produção Mineral e a criação de uma Agência enfraquecida e com pouca capacidade de operação.



# O Brasil que queremos

ISAAC ROITMAN \*

Professor emérito e Coordenador do Núcleo de Estudos do Futuro da Universidade de Brasília, membro da Academia Brasileira de Ciências e Membro do Movimento 2022 O Brasil que queremos.

A maior rede de televisão brasileira está estimulando a população brasileira a se expressar sobre o Brasil que cada um deseja — “O Brasil que eu quero”. Os depoimentos estão sendo exibidos nos telejornais. Aparentemente, a população está reagindo e enviando vídeos com curtas mensagens. São desabafo de uma conjuntura que podem nos levar a retrocessos, perdas de conquistas, perda da soberania e a conflitos sociais. A lista de desejos é longa: educação de qualidade, água encanada, saneamento, redução da violência, emprego para todos, um país sem desigualdade social, respeito aos idosos, corrupção zero, consolidação de valores éticos e morais, preservação da natureza etc.. Essa lista de desejos e sonhos vem crescendo. Como expressado por Sêneca: “Os desejos da vida formam uma corrente cujos elos são as esperanças”. Sobre os sonhos, Carl Jung assim se expressou: “Sonhos são realizações de desejos ocultos e são ferramentas que buscam o equilíbrio pela compensação. É o meio de comunicação do inconsciente com o consciente”.

A preocupação com o futuro e com o legado que deixaremos para as próximas gerações deveriam pautar as nossas ações no presente. Esquecemos que somos mortais e que nosso compromisso maior é com os nossos descendentes. No Brasil, não temos tradição de planejar a longo prazo. Nossos projetos se limitam a quatro ou oito anos de um governo e a maioria deles não são realizados.

No segundo semestre de 2015, foi instituído o Movimento 2022 O Brasil que queremos, uma parceria entre a Universidade de Brasília — por meio do Núcleo de Estudos do Futuro — e a ONG União Planetária. Os princípios e valores do movimento são: 1) Absoluta liberdade de pensamentos; 2) Atuação suprapartidária, suprarreligiosa e supraideológica; 3) Em todos os estudos, deve perpassar uma postura ética e humanista; 4) Priorização do diálogo, em uma atuação com maturidade, buscando o outro e encontrando o denominador comum.

O movimento pretende envolver os jovens na construção de

um Brasil melhor. Inicialmente, foram feitas parcerias com instituições de ensino superior do Distrito Federal (IFE, UCB, Iesb, UniCeub, UDF e Unipaz) e com Instituições envolvidas em boas causas e ações: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/Brasília), Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF), Todos pela Educação (TPE/SP). Recentemente, o movimento selou parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que congrega 67 universidades públicas e com a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), à qual universidades estão associadas. O Movimento tomou então uma dimensão nacional e iniciou uma parceria com a Comissão Senado do Futuro na realização de 12 audiências públicas em 2018.

Foram criados 12 grupos de estudos que promovem eventos e produtos com o principal objetivo de definir caminhos baseados no conhecimento científico e visão humanista para a construção de uma pátria digna para o povo brasileiro. Os grupos em atividades são: 1) Ciência e Tecnologia; 2) Construção Geográfica dos Espaços; 3) Ecologia e Sustentabilidade; 4) Educação; 5) Ética; 6) Meios de Comunicação; 7) Paz e Direitos Humanos; 8) Primeira Infância; 9) Política; 10) Relações Internacionais; 11) Saúde e 12) Social Econômico.

Em uma verdadeira democracia, o Estado deve priorizar os desejos e sonhos do povo. Um modelo de desenvolvimento baseado apenas no desenvolvimento econômico é incompleto. Crescimento econômico sem desenvolvimento social resulta em falta de inclusão, indignação e descontentamento e agitação social. É urgente conquistarmos uma educação que consolide valores e virtudes e que inclua uma educação ambiental e libertária sem espaço ao individualismo, à competição, ao consumismo e ao mercado sem regras sociais. É preciso que haja um diálogo entre a política e a economia para que se coloquem ao serviço da vida, especialmente da vida humana. Para conquistarmos o Brasil que queremos é preciso mudar o pensamento e as atitudes das pessoas. É pertinente lembrar o pensamento de George Bernardo Shaw: “Progresso é impossível sem mudança, e esses que não podem mudar suas mentes não podem mudar coisa nenhuma”.

\* Artigo publicado no jornal Correio Braziliense, 13/4/2018, p. 13



**Comissão  
Senado do Futuro**

**Universidade de  
Brasília**

**União  
Planetária**

Expediente

**Comissão Senado do Futuro- CSF**  
Presidente: Senador Hélio José  
Vice-Presidente: Senador Wellington Fagundes  
Secretário: Raymundo Franco Diniz

Endereço da Secretaria da CSF: Senado Federal,  
Anexo II, Ala Alexandre Costa, Sala 15 – B (subsolo)  
Telefone: 61 3303-4440 e 2024  
E-mail: csf@senado.leg.br  
Edição: Ivônio Barros Nunes